



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

Processo Administrativo Licitatório n. 012.2026

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de emissão, fornecimento, implementação e administração do benefício de vale-combustível, por meio de cartão magnético com chip e tecnologia de segurança, plataforma 100% web para gerenciamento, rede credenciada de postos e aplicativo mobile.

TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme artigo 6º e inciso XXIII da Lei 14.133/2021, o Termo de referência é documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação,
- j) adequação orçamentária;

Sendo um dos documentos essenciais para esta contratação, passamos a considerar.

1. Objeto:

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão, fornecimento, implementação, administração de vale-combustível por meio de cartão magnético e/ou eletrônico com tecnologia de chip de segurança, de uso nominal, para validação das transações e respectivas recargas mensais de crédito, com gerenciamento do abastecimento nas redes credenciadas de postos de combustível, contemplando sistema 100% web com possibilidade de emissão de relatórios e aplicativo mobile Android e IOS), suprimindo as necessidades do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme especificações constantes neste Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

1.2. DAS QUANTIDADES

1.2.1. A **quantidade mínima**: atendimento a 28 (vinte e oito) beneficiários, e consequentemente 28 (vinte e oito) cartões eletrônicos, considerando que este é o atual número de funcionários que recebem o benefício, conforme informações contidas no ANEXO I Termo, de forma planilhada.

1.2.2. **Quantidade máxima** – atendimento a 28 (vinte e oito) beneficiários. Atualmente o consumo mensal médio, por beneficiário, é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Entretanto, considerando que o CFTA passa por reestruturação de seu corpo de funcionários, a Gerência e o Departamento de Recursos Humanos indicam a previsão de contratação de mais 20 (vinte) novos empregados para o período de doze meses, estimando-se um impacto financeiro máximo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) mensais, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) no semestre e R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) no período anual.

1.2.3. Portanto, avaliando as quantidades mínimas e máximas, tem-se que os seguintes valores estimados de contratação:

- 1.2.3.1. Despesa anual mínima: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- 1.2.3.2. Previsão com novas contratações em 2026: R\$ 84.000,00 (anual);
- 1.2.3.3. Estimativa total anual: R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais);
- 1.2.3.4. Estimativa total mensal: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

1.3. O número de cartões/beneficiários, todavia, poderá variar, em razão de novas contratações e da consequente escolha pelo benefício, demissões, afastamentos, reajustes dos benefícios e outros, conforme necessidade.

1.3.1. Estes valores são meramente referenciais unicamente na finalidade subsidiar as licitantes a elaborarem suas propostas, não importando, em nenhuma hipótese, em compromisso do CFTA para com o seu atendimento na execução do objeto.

1.3.2. Os créditos dos cartões serão definidos de acordo com a conveniência do Conselho.

1.3.3. Os créditos foram definidos conforme distância do endereço residencial dos beneficiários até a empresa, considerando o ida e volta, conforme tabela abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

QUADRO DE NÍVEIS			
Nº Nível	Qt de Empregados	Descrição de cada Nível	R\$ por Nível
1	13	01 A 25 KM	R\$ 200,00
2	8	25,01 A 50 KM	R\$ 350,00
3	4	50,01 A 100 KM	R\$ 500,00
4	4	ACIMA DE 100 KM	R\$ 650,00
	29		

1.3.4. A operação de disponibilização dos créditos será na modalidade pré-pago, assim, somente serão realizadas operações que não ultrapassem o limite de crédito vinculado ao cartão individual do beneficiário.

1.4. Havendo alterações, sejam elas quais forem, tais circunstâncias não gerarão direito de cobrança ou ônus adicional ao CFTA.

1.5. O CFTA é um Conselho Federal e a rede de credenciamento da CONTRATADA deve envolver o território nacional com pluralidade de estabelecimentos. Todavia, o fornecedor que apresentar a proposta mais vantajosa deverá comprovar, no momento de assinatura contratual, rede de estabelecimentos credenciados perante Brasília, Porto Alegre e São Paulo, locais onde estão estabelecidos os beneficiários do vale combustível a ser concedido pelo CFTA, conforme descrito no item 6 deste documento.

1.6. O sistema a ser disponibilizado deverá possuir instrumentos gerenciais que permitam o acompanhamento e a emissão de relatórios acerca dos serviços prestados. Deverá ser implantado sistema integrado com uso de tecnologia de identificação eletrônica e senhas de acesso, visando à execução e controle eficientes do fornecimento. A tela da CONTRATANTE deve conter minimamente os seguintes dados: número de cartão do agente, data, hora e local de abastecimento, valor total da despesa.

1.7. A obrigação principal não se restringe à aquisição pura e simples de combustível, a exemplo do que ocorre na contratação direta com os postos de combustível, no sistema de cartão, não é a Administração que contrata o fornecimento com os postos de combustível. A relação que se firma é entre o administrador do cartão e os postos que farão o abastecimento.

1.8. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, prorrogável na forma da Lei 14.133/2021.

2. Fundamentação Legal

2.1. Trata-se de serviço de natureza contínua a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com amparo legal na Lei nº 14.133/2021, atualizada e consolidada.

2.2. O objeto da contratação caracteriza-se como serviço essencial e continuado.

3. Justificativa da Contratação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

3.1. O contrato vigente nº 03/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2022, não atende mais o CFTA, seja porque a rede credenciada não é mais vantajosa, porque não suportará o aumento do quadro de empregados para o exercício de 2026, além da CONTRATADA passar por período de modificações societárias que gerarão impacto ao contrato, tornando necessária a realização de nova licitação.

3.2. O benefício do vale-combustível aos empregados do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA) atende a determinação interna da Diretoria do Conselho e leis vigentes.

4. Critérios de Julgamento:

4.1. O julgamento ocorrerá pelo menor preço total global. Admite-se taxa de administração zerada. Não se proibirá o oferecimento de proposta de preço com taxa negativa, considerando que a vedação trazida pela Lei nº 14.442/2022 aplica-se apenas ao pagamento de auxílio alimentação. Ademais, em caso de oferta de taxa negativa, será avaliado se a proposta é exequível.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. Das Especificações da Prestação de Serviço

5.1. A remuneração da CONTRATADA será resultante da aplicação da Taxa de Administração (%) tomada aos valores a serem disponibilizados aos beneficiários do vale combustível.

5.1.1. A taxa de administração da CONTRATADA deve prever todos os custos, inclusive os de emissão dos cartões, frete de entrega, despesas tecnológicas referente a plataforma de gestão e do aplicativo mobile. O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irreajustável, durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

5.1.2. Não será aceito cobrança de taxa de recarga e de emissão de primeira via dos cartões físicos. Tampouco de manutenção de plataforma ou do aplicativo.

5.2. O beneficiário do CFTA utilizará o cartão para realizar o pagamento do abastecimento do seu automóvel e para tanto utilizará as máquinas de débito/crédito dos postos da rede credenciada. O reembolso às empresas credenciadas será efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, independentemente da vigência do contrato, ficando estabelecido que a CONTRATANTE não responderá solidária e nem subsidiariamente por esse reembolso.

5.3. Os vales combustíveis deverão ser fornecidos na modalidade eletrônica, através de cartões com tarja magnética e chip, personalizados com o nome do beneficiário do CFTA, com sistema de controle e conhecimento fácil de saldo, senha numérica pessoal e intransferível para validação da compra/transação eletrônica no ato de abastecer nos estabelecimentos credenciados. Além disso, devem ser de utilidade nacional, podendo ser utilizados nas capitais e outras cidades.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

5.4. O cartão magnético deve ser elaborado com alta qualidade técnica e ser dotado de elementos de segurança aptos a dificultar a ocorrência de fraudes e falsificações.

5.4.1. Os cartões deverão ser entregues em envelopes lacrados, com instruções de senha pessoal e intransferível, com manual básico de utilização, no endereço de uma das sedes da CONTRATANTE, conforme especificado.

5.5. O fornecimento irá variar de acordo com o número de empregados/beneficiários, bem como em razão do valor dos benefícios. As quantidades de vales e os beneficiários serão informados mensalmente pelo CONTRATANTE por ocasião do respectivo pedido, podendo ser alteradas para quantidades superiores ou inferiores, sem ônus adicional.

5.6. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA os nomes dos beneficiários, sendo que a primeira emissão dos cartões deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da data de envio da requisição e das informações pela CONTRATANTE.

5.6.1. As partes ajustarão, entre si, a data de disponibilização do crédito aos beneficiários, de acordo com a conveniência dos Contratantes. Os cartões eletrônicos solicitados após a primeira remessa, assim como as solicitações de 2ª via de cartão, deverão ser entregues, igualmente, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis da data de solicitação.

5.7. A CONTRATADA deverá realizar a reposição, sem custo, dos cartões defeituosos e/ou extraviados, furtados/roubados antes de serem entregues à CONTRATANTE, devendo, se necessário, bloquear o saldo existente no momento da comunicação do fato ocorrido e creditá-lo a favor do beneficiário, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a partir da data de bloqueio.

5.7.1. A CONTRATADA é responsável pela reposição dos créditos utilizados indevidamente através de clonagem do cartão magnético.

5.8. Caso o cartão seja extraviado pelo funcionário do CFTA, a emissão da segunda via poderá ser cobrada pela CONTRATADA, com taxa máxima de R\$ 5,00 (cinco reais) por cartão. Neste caso, o CONTRATANTE poderá deduzir o valor da folha de pagamento mensal do funcionário desidioso.

5.9. O prazo para disponibilização dos créditos nos cartões será de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados do pagamento do boleto bancário, emitido após o pedido do CONTRATANTE, salvo acordo entre as partes para agendamento em data específica (Ex. data dentro do período de férias coletivas).

5.10. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Nome do empregado/usuário do CFTA, número do cartão, data e valor do crédito concedido;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

- b) Local, data e valor da utilização dos créditos pelos empregados do CFTA na rede de estabelecimentos credenciados;
- c) Quantidade de cartões reemitidos por empregados do CFTA.

5.10.1. Ideal que o fiscal do contrato consiga emitir tais relatórios dentro da plataforma web da CONTRATADA quando desejar.

5.10.2. Os dados sigilosos, protegidos pela legislação, somente serão disponibilizados à CONTRATANTE mediante consentimento expresso do usuário.

5.10.3. Importante que a CONTRATADA adote protocolos de proteção de dados, em atendimento à Lei Federal nº 13.709/2018.

5.11. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE em relação à execução dos serviços contratados.

5.12. Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão, obrigatoriamente, somar-se aos próximos créditos, ficando vedada a sua expiração por decurso de tempo.

5.13. Após o término do contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias para que o beneficiário possa utilizá-los.

5.14. A CONTRATADA deverá dispor de sistema eletrônico de gerenciamento do benefício via WEB que possibilite autogestão, com as seguintes funcionalidades:

- a) Possibilidade de acesso pelo CONTRATANTE ao sistema para a gestão dos créditos, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial, sendo que os níveis de permissão (consulta/administração) de acesso ao sistema serão definidos pelo Gestor do Contrato;
- b) Bloqueio de cartões e solicitação de novas vias;
- c) Emissão de extratos por usuário, mediante senha e relatórios gerenciais de pedidos de créditos, rateados por Centro de Custo;
- d) Acompanhamento do status dos pedidos de créditos efetivados até a disponibilização nos respectivos cartões;
- e) Acompanhamento do status das entregas dos cartões, bem como a obtenção de comprovantes de entrega de cartões;

5.15. A CONTRATADA deverá oferecer aos usuários dos cartões, como condição de assinatura do contrato (sob pena de inabilitação) as funcionalidades de “APLICATIVO MOBILE - SMARTPHONE” acessível para os sistemas Android e IOS (todas as versões) e/ou disponibilizar sistema de acesso web, na internet, contendo as seguintes funcionalidades/serviços mínimos:

- a) Consulta de saldo, extrato, consumo médio diário e próxima recarga;
- b) Bloqueio de cartões em caso de perda, roubo ou cartão danificado;
- c) Geração de nova senha ou troca de senha;
- d) Consulta à rede credenciada próxima do usuário (atualizada por acionamento de GPS);
- e) Formas de contato com a empresa para atendimento dos usuários (suporte);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

f) Opção de bloqueio de temporário do cartão.

5.16. Salvo quando especificado de maneira expressamente diversa pela CONTRATANTE, a entrega dos cartões (1ª ou 2ª via) ocorrerá em um dos endereços das sedes do CFTA, conforme indicado por quantidade após assinatura contratual. Abaixo listamos os endereços das sedes:

- a) Sede Operacional: Rua Doutor Barros Cassal, 180, andar 5º e 6º, salas 504 e 505, Edifício Centro Empresarial Farrapos, bairro Floresta, cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.035-030;
- b) Sede Administrativa: SBS Quadra 1 - Bloco K - Lote 29 - Edifício Seguradoras - 7º andar, na cidade de Brasília/DF, CEP 70093-900.

6. Da Rede Credenciada

6.1. Entende-se por rede credenciada, o conjunto de estabelecimentos, cujo ramo de atividade é o comércio varejista de combustíveis, previamente selecionados pela empresa prestadora do serviço de gestão de abastecimento e disponibilizados para a realização do abastecimento dos veículos;

6.2. A licitante vencedora deverá disponibilizar e manter em pleno funcionamento, durante toda a vigência do contrato, rede credenciada que permita o abastecimento dos veículos dos beneficiários do CFTA, observada a quantidade mínima de estabelecimentos definidos por este Termo de Referência.

6.3. A rede credenciada deverá contar com postos de abastecimento distribuídos de forma a abranger os pontos cardeais dos municípios e/ou as rotas de acesso às saídas (vias de acesso a outros municípios).

6.3.1. Nos municípios de São Paulo, Brasília e Porto Alegre, a rede credenciada deverá contar com, no mínimo, 40 (quarenta) postos de abastecimento em cada município, sendo 10 postos localizados na região central de cada capital e os demais distribuídos nas direções Norte, Sul, Leste e Oeste, evitando custos de deslocamentos, da seguinte forma:

REDE CREDENCIADA	
Município (capital)	Quantidade mínima de estabelecimentos
Porto Alegre/ RS	40 (quarenta) postos
São Paulo/SP	40 (quarenta) postos
Brasília/ DF	40 (quarenta) postos
Forma de distribuição dos postos por região aplicada aos três municípios:	
a) Região Central: 10 (dez) postos; b) Região Metropolitana: 10 (dez) postos; c) Zona Norte: 05 (cinco) postos; d) Zona Sul: 05 (cinco) postos; e) Zona Leste: 05 (cinco) postos; f) Zona Oeste: 05 (cinco) postos.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

6.4. Os números indicados são baseados na listagem total de estabelecimentos oficiais cadastrados perante a Agência Nacional do Petróleo para distribuição e revenda de combustíveis, conforme registrado em documentos anexos ao processo administrativo licitatório. É primordial que a futura contratada possua rede de atendimento nos respectivos locais, sob pena do contrato mostrar-se ineficaz.

6.5. **A rede credenciada deverá ser comprovada na fase de contratação.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, comprovar as condições consignadas no Edital, assim como a rede credenciada e, então, assinar o contrato.

6.5.1. O adjudicatário deverá enviar ao CFTA a relação de estabelecimentos (em formato Word e/ou Excel), indexada por município, contendo nome fantasia, razão social, CNPJ, endereço e telefone.

6.5.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições exigidas ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação.

6.6. Durante toda a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter convênio de vale combustível com rede de estabelecimentos que aceitem o cartão combustível conforme estabelecido neste Termo de Referência, sendo que no decorrer da execução contratual, a qualquer momento, o CFTA poderá solicitar comprovação dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos. É recomendável que a futura CONTRATADA mantenha sua relação de convênios atualizada disponível para consulta tanto pelo CFTA quanto pelos beneficiários.

7. Visita técnica

7.1. Não se aplica.

8. Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATANTE

8.1. Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da CONTRATANTE:

- a. Exercer a fiscalização dos serviços através de servidores especialmente designados, verificando se no desenvolvimento dos trabalhos, estão sendo cumpridos os serviços e especificações previstas no edital, no termo de referência, na proposta e no contrato, de forma satisfatória, e documentando as ocorrências;
- b) Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado ou preposto indicado pela CONTRATADA, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;
- c) Prestar à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários à execução deste contrato;
- d) Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

- e) Manter equipe interna à disposição da CONTRATADA para acompanhamento, participação em reuniões, fornecimento de informações e esclarecimentos quanto às diretrizes do trabalho;
- f) Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança;
- g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo;
- h) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- i) Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
- j) Caso algum posto de combustível constante na relação da **CONTRATADA** deixe de prestar atendimento, o empregado, mediante a comprovação de saldo disponível no momento do abastecimento, fará jus ao reembolso integral do valor despendido, desde que apresente o respectivo comprovante, por meio do Cupom Fiscal.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA:

9.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das especificações técnicas, aquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações.

9.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto contratado, conforme especificado, sempre da melhor qualidade;
- b) Cumprir as condições e prazos dispostos no presente Termo de Referência;
- c) Efetuar os créditos nos cartões por meio de sistema ou arquivo eletrônico de sua responsabilidade, com base em documento eletrônico a ser fornecido pela CONTRATANTE;
- d) Disponibilizar mensalmente ao CONTRATANTE a relação dos empregados beneficiários, contendo os valores, a data de crédito e o mês de referência;
- e) Disponibilizar mensalmente, relatório contendo as informações sobre eventuais estornos (parciais e totais) contendo nome do empregado, valor base de cálculo e o valor efetivamente estornado, além da referência do atendimento (protocolo);
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados e dos itens fornecidos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

- g) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, fretes, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;
- h) Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados;
- i) Disponibilizar sistema eletrônico ou on-line que permita o gerenciamento e realização dos pedidos, sendo que o sistema utilizado deverá disponibilizar relatórios gerenciais dos pedidos, rateados por Centro de Custo fornecidos pela CONTRATANTE;
- j) Fornecer suporte necessário para implantação e operacionalização do sistema aqui proposto, inclusive com a disponibilização de equipamentos a este CFTA caso necessário, a título de comodato;
- k) Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições e emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato a ser firmado e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pela CONTRATANTE;
- l) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente;
- m) Manter funcionário que atenda o CFTA e conheça as particularidades do objeto e sua execução, que receba os chamados, pedidos e assessorie o CFTA no decorrer da prestação contratual;
- n) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação, mantendo-se devidamente regularizada e apta à contratação com entidades públicas, devendo manter em situação regular e com prazo de validade em vigor os seguintes documentos, que podem ser solicitados a qualquer tempo pelo CONTRATANTE:

I. Regularidade Fiscal Federal (Receita Federal do Brasil – Certidão conjunta/FGTS e INSS); e

II - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal (Receita Estadual/Distrital e Municipal).

III – Rede credencial de postos de combustível, em quantidade igual ou superior quando da assinatura do contrato.

o) NÃO apresentar, tanto para o CNPJ da CONTRATADA, como para o CPF do sócio majoritário, sanção que impeça a contratação com entidades públicas registradas no:

- I - SICAF;
- II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Corregedoria Geral da União (CGU);
- III - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- IV - Cadastro de Licitantes inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

- p) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
 - q) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;
 - r) Designar, formalmente preposto para representá-la nas tratativas relativas ao contrato e responsável pelo recebimento e acompanhamento de reclamações ou providências decorrentes da má execução dos serviços, devendo disponibilizar número telefônico fixo e/ou móvel e endereço de e-mail para formalização das demandas. O preposto deverá estar disponível para atendimento das demandas da Contratada em dias úteis e durante o horário comercial;
 - s) Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;
 - t) Comparecer, sempre que convocada, reuniões virtuais, solicitadas pela CONTRATANTE, por meio de pessoa devidamente credenciada, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados;
 - u) Substituir qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, quando solicitado pelo CFTA;
 - v) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do artigo 133 da Lei nº 14.133/2021;
 - x) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo;
 - z) O pessoal necessário à execução dos serviços é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem nenhum vínculo empregatício com o CFTA;
 - w) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco), do valor inicial atualizado do contrato, sendo limitado em conformidade com o artigo 125, da Lei nº 14.133/2021.
- * A empresa contratada se responsabilizará por restituir/reembolsar ao CONTRATANTE nas hipóteses em que, por qualquer motivo, sistêmico ou não, não seja possível a utilização do cartão vale-combustível pelo beneficiário perante estabelecimento da própria rede credenciada.**

10. Da subcontratação do objeto

10.1. Não será permitido a subcontratação do objeto.

10.2. A CONTRATANTE realizará pagamentos apenas em nome da empresa CONTRATADA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

11. Da alteração subjetiva

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.2. Caso seja necessário, o Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, sem perda de informações, ao que de qualquer forma, caberá ao CFTA a necessidade, adequação, oportunidade, conveniência e relação de confiança frente ao novo quadro societário.

12. Do controle e da fiscalização na execução contratual

12.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços contratados e na medida prevista, ao CFTA é reservado o direito de fiscalizar a execução, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercendo a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por funcionário indicado, podendo para tanto:

- a) Acompanhar os serviços que serão executados pela CONTRATADA, em qualquer de suas fases, sem prévia comunicação;
- b) Promover as diligências necessárias de forma a acompanhar a execução do contrato;
- c) Tomar a decisão juntamente com a diretoria em todos e quaisquer assuntos relativos ao objeto contratado, levando-se em conta a experiência, opiniões e sugestões da CONTRATADA;
- d) Observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- e) Solicitar a substituição de qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pelo CFTA;
- f) A Autarquia e a contratada desenvolverão em conjunto agendamento de reuniões e atividades, em virtude da necessidade de envolvimento de vários servidores da Autarquia, almejando amenizar a concorrência que existirá entre estas atividades e os compromissos e responsabilidades que estes possuem no desempenho das suas funções devido aos cargos em que estão lotados. Esta tarefa será intermediada pelo fiscal contratual;
- g) Executar mensalmente a medição, descontando-se o valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinares em contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

12.2. É assegurado ao CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato.

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização, comissões ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

12.6. Este contrato ser fiscalizado por Paula Roncada, cujo endereço eletrônico é: rh@cfta.org.br

12.7. O gestor contratual será a funcionária Simone F. Silva, cujo endereço eletrônico é compras3@cfta.org.br

13. Do pagamento

13.1. Não se exclui a possibilidade do pagamento antecipado, prática comum do mercado neste segmento, conforme identificado na pesquisa de preços, o que vai de encontro com o parágrafo primeiro do artigo 145 da Lei 14.133/2021, ao caracterizar condição indispensável para a obtenção do bem, considerando a hipótese do cartão pré-pago para a disponibilização dos benefícios.

13.1.1. Caso o contrato seja firmado com pagamento posterior, este será realizado mensalmente após a prestação do serviço e recebimento da nota fiscal em até 20 (vinte) dias contados do recebimento da nota fiscal/fatura.

13.2. Caso o pagamento seja devolvido ou não seja efetuado por qualquer irregularidade quanto ao atesto ou documental/fiscal, novo prazo de 10 (dez) dias úteis será disponibilizado para pagamento, contados da data de efetiva correção da irregularidade, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente da data de vencimento.

13.3. No campo para descrição na nota fiscal a CONTRATADA deverá informar os dados bancários para depósito, fazendo constar o banco, número da agência e conta corrente ou poupança, caso a Contratada opte por esta forma de pagamento.

13.4. Antes do pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta para verificação das condições de qualificação exigidas no Termo de Referência.

13.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada das seguintes documentações, conforme artigo 68 da Lei nº 14.133/2021:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

13.5.1. Regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, por meio de consulta on-line junto ao SICAF;

13.5.2. Em caso de pagamento via boleto, a empresa deverá observar as retenções previstas na legislação vigente.

13.5.3. No caso de prestação de serviços, sujeitos à retenção de ISS, a nota fiscal que não for entregue ao CONTRATANTE dentro do próprio mês da prestação, deverá ser entregue até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, sob pena de arcar com os ônus decorrentes, conforme disposto no subitem abaixo.

13.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento fica sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento poderá ser iniciado após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

13.6. A nota fiscal deverá ser encaminhada para o seguinte endereço eletrônico: financeiro2@cfta.org.br, devendo ser confirmada a entrega da correspondência eletrônica.

13.7. O CONTRATANTE efetuará pagamento do objeto contratado somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros. Qualquer dispêndio financeiro para solução de questões vinculadas ao presente contrato, as despesas correrão por conta da CONTRATADA, ficando a CONTRATANTE autorizada a efetuar o abatimento no valor da Nota Fiscal ou Fatura devido à CONTRATADA.

13.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como realizada a transação bancária para pagamento.

13.9. O CFTA é considerado consumidor final e, portanto, deverá a CONTRATADA obedecer ao fixado no artigo 155, § 2º, inciso VII, da Constituição Federal do Brasil.

14. Do reajuste

14.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste anual e após o encerramento da vigência contratual, desde que motivado e aprovado pelo CFTA, aplicando-se a variação do índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses ou outro convencionado pelas partes, justificadamente.

14.2. O reajuste será realizado por apostilamento se aplicado o índice previsto no parágrafo anterior.

14.3. Caso o contrato sofra reajuste, a garantia contratual deverá ser atualizada.

15. Dos recursos orçamentários

15.1. O crédito orçamentário para atender as despesas decorrentes desta licitação está consignado no orçamento para o exercício 2026 e correrá conta de:

Conta: 6.2.2.1.1.01.02.01.011-Combustíveis e Lubrificantes

Centro de Custo: 01.02.01 - ATIVIDADE - Manter e Desenvolver as Atividades de Atendimento, Cadastro e Registro e 02.01.01 - ATIVIDADE - Manter e Desenvolver as Atividades de Gestão Administrativa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

15.2. Sempre que a vigência do contrato ou ata ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, será providenciada dotação orçamentária própria para cobertura do período respectivo.

16. Garantia contratual

16.1. Considerando que o contrato impõe o pagamento prévio à CONTRATADA dos valores a serem creditados aos beneficiários, a Alta Gestão do CFTA, nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, entendeu por se exigir garantia contratual, para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais.

16.1.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 16.1.1.1. Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;
- 16.1.1.2. Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;
- 16.1.1.3. Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

16.2. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar ao fiscal GARANTIA CONTRATUAL: Será exigido para garantia da execução contratual o correspondente a **3% (três por cento) do valor total anual contratado**, devendo esta ser feita na seguinte modalidade: Fiança bancária, Seguro garantia ou Caução em dinheiro.

16.3. Caso opte por caução em dinheiro, a empresa contratada deverá depositar o valor em uma conta bancária pré-estabelecida pelo CFTA e o valor será corrigido pela caderneta de poupança. Após a realização do depósito, o contratado deve enviar o recibo digitalizado por e-mail para o gestor do contrato.

16.4. A garantia contratual deverá ser renovada/reajustada se ocorrer aditivos.

16.5. A garantia será liberada ou restituída ao longo do período de 03 (três) meses após o término do contrato, desde que não haja pendências. Caso a garantia seja caução em dinheiro, quando da sua liberação, a correção do valor pela caderneta de poupança será contada da data do depósito até a data do pedido de sua liberação, se deferido.

16.6. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, de forma que não mais represente 3% (três por cento) do valor estabelecido, a contratada se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada pelo CFTA.

17. Das penalidades

17.1. O CFTA poderá aplicar sanções à FORNECEDORA, garantido o contraditório.

17.1.1. Das infrações:

17.1.1.1. dar causa à inexecução parcial ou total do objeto;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

- 17.1.1.2. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 17.1.1.3. efetuar cobranças abusivas ou injustificadas ao CFTA;
- 17.1.1.4. efetuar cobranças que estejam em desacordo com o mercado, seja quanto à sua incidência, seja quanto ao valor cobrado;
- 17.1.1.5. durante a execução da ata, propor ajustes de preços que caracterizem superfaturamento;
- 17.1.1.6. causar grave dano ao CFTA ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, por ação ou omissão;
- 17.1.1.7. praticar fraudes ou quaisquer ilícitos face ao CFTA;
- 17.1.1.8. comportar-se de modo inidôneo durante a execução contratual;
- 17.1.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 durante a execução contratual.

17.2. Das sanções:

17.2.1. O cometimento de qualquer das infrações discriminadas, a FORNECEDORA ficará sujeita, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 17.2.1.1. Advertência;
- 17.2.1.2. Multa;
- 17.2.1.3. Rescisão contratual;
- 17.2.1.4. Suspensão ou impedimento de licitar e contratar;
- 17.2.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

17.2.2. A advertência pedagógica será aplicada por faltas consideradas leves, entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CFTA, e possuirão a finalidade de prevenir a ocorrência de novas infrações.

17.2.3. A multa será pecuniária, podendo assumir natureza moratória e/ou compensatória, dentro dos limites indicados no §3º do art. 156, da Lei 14.133/2021. Na ocorrência de atraso injustificado na prestação do serviço/entrega da coisa, será aplicada multa moratória por dia de atraso no quantum de 2% (dois por cento) ao dia, calculada sobre o valor do pedido realizado, cujo limite será de 15 (quinze) dias.

17.2.4. A multa, quando compensatória, será de 10% até 30%, com percentuais calculados sobre o valor do pedido realizado, devendo ser justificado nos autos o percentual aplicado.

17.2.5. As multas são autônomas e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, assim como a incidência de multa moratória não afasta a incidência de multa compensatória.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

17.2.6. As multas não possuem natureza indenizatória e o seu pagamento não ilide a responsabilidade pelos danos causados ao CFTA.

17.3. As penalidades pecuniárias poderão ser deduzidas do valor a ser pago pelo CFTA e, excepcionalmente, serão pagas em apartado, no prazo de dez dias úteis, contados do trânsito em julgado da decisão pela aplicação da penalidade.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades aqui descritas, inclusive a advertência, assegurará o prévio contraditório e a ampla defesa.

17.5. Para aplicação das penalidades, será adotado o seguinte procedimento:

17.5.1. Verificada a ocorrência da infração, o fiscal/gestor do contrato, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, enviará notificação à CONTRATADA discorrendo sobre a irregularidade verificada e alertando sobre possível aplicação de penalidade, a fim de que está, caso queira, apresente manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

17.5.2. A notificação de aplicação de penalidade poderá ser encaminhada por meios eletrônicos ou por carta com aviso de recebimento. Se adotada a modalidade eletrônica, a contagem do prazo de resposta se iniciará com a confirmação de recebimento.

17.5.3. Decorrido o prazo indicado, decairá o direito de se manifestar, podendo, apenas, apresentar recurso da decisão aplicada pela Autoridade competente. O decurso do prazo e a inércia da parte será registrada nos autos.

18. Das disposições gerais

18.1. A contratação se dará em conformidade com a legislação sobre proteção de dados relativos à pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), incluindo, entre outros, a Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto Federal 8.771/2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis.

18.1.1. Todas as informações da organização obtidas pela CONTRATADA durante a realização das atividades do projeto, como especificação, funcionamento, desempenho, estrutura organizacional e outras, são qualificadas pela licitante como confidenciais, sigilosas e não serão divulgadas em hipótese nenhuma, salvo haja uma autorização da organização. Estas informações serão descartadas no final do projeto, momento em que todos os documentos gerados durante o período de prestação de serviços serão entregues à organização, porque se tornam ativos organizacionais e comprobatórios do processo de adequação a LGPD.

18.2. O Contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado, nos limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

18.3. Aos casos omissos serão aplicadas as melhores soluções de acordo com a decisão do CFTA, observada a legislação pertinente, em especial, a Lei nº 14.133/2021 e demais atos normativos pertinentes ao objeto.

19. Da sustentabilidade

19.1. A contratação do serviço de gestão de vale-combustível observará critérios de **sustentabilidade ambiental, social e de governança**, compatíveis com a natureza do objeto.

19.2. Do ponto de vista ambiental, prioriza-se solução com gestão digital do benefício, redução de uso de papel, possibilidade de geração de relatórios de consumo e incentivo ao uso de combustíveis menos poluentes, quando disponíveis.

19.3. No aspecto social, a solução deverá garantir ampla rede credenciada, segurança ao usuário e canais adequados de atendimento.

19.4. Recomenda-se, ainda, que a empresa contratada adote mecanismos de monitoramento da qualidade dos estabelecimentos credenciados, com descredenciamento de postos autuados por irregularidades, inclusive por comercialização de combustível adulterado, além da disponibilização de canais para comunicação de ocorrências pelos usuários, contribuindo para a integridade do serviço, a proteção ambiental e a segurança dos beneficiários.

19.5. Neste sentido, algumas operadoras adotam ações de ESG, tais como:

19.5.1. políticas de descredenciamento de estabelecimentos irregulares, podendo utilizar a base de dados da ANP.

19.5.2. Geolocalização e avaliação de postos (rating por usuários e histórico de conformidade);

19.5.3. Dashboards de consumo com alertas de uso fora do padrão;

19.5.4. Relatórios ESG com estimativa de emissões de CO₂ por frota/usuário;

19.5.5. App com notícias e informações relevantes, como a possibilidade de localizar postos confiáveis e com melhor preço;

19.5.6. Regras inteligentes de bloqueio (ex.: impedir abastecimento em postos fora da rede ou em categorias não permitidas);

19.5.7. App com canal de denúncia: o empregado poder reportar suspeita de combustível adulterado via app ou central da operadora;

19.5.8. App com campanhas simples via app ou e-mail sobre direção segura e consumo consciente.

20. Da proteção dos dados

20.1. Para fins do presente Instrumento, aplicam-se as seguintes definições relacionadas à **proteção de dados pessoais**:

20.1.1. Controlador: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões em relação ao tratamento de dados pessoais.

20.1.2. Operador: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

20.1.3. Encarregado: pessoa nomeada para atuar como meio de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

20.1.4. Titular: pessoa física a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

20.1.5. Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, quer sejam em meios físicos ou digitais.

20.1.6. Dado pessoal: informação que identifica ou torna identificável uma pessoa física;

20.1.7. Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

20.1.8. As Partes obrigam-se-ão a observar a privacidade das informações dispostas neste Instrumento, com vistas a Legislação Vigente, comprometendo-se a manter em sigilo e proteger os dados pessoais fornecidos em razão deste, exceto nos casos em que seja obrigado por lei a revelar as informações protegidas, em consonância ao disposto na Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

20.1.9. A FUTURA CONTRATADA autoriza, de forma livre, informada e inequívoca, que o CONTRATANTE realize o tratamento dos dados pessoais constantes no presente Instrumento, para fins de execução do Contrato de (especificar o tipo de contrato), em conformidade com o disposto no Artigo 7º, I e V da Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

20.1.10. Em consonância ao disposto no Art. 5º, X da Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, tratamento de dados pessoais é toda operação realizada com dados pessoais, compreendendo, mas não se limitando, a sua coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

20.1.11. O tratamento de dados pessoais realizado pela CONTRATANTE será sempre única e exclusivamente para atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 e seguintes da Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

20.1.12. A FUTURA CONTRATADA não poderá, em nenhum caso, utilizar os dados pessoais para finalidade distinta à prevista neste instrumento, em especial ao compartilhamento dos dados a terceiros, sob pena de rescisão do contrato, e responsabilização de quaisquer danos causados à CONTRATANTE, titulares dos dados ou terceiros.

20.1.13. As Partes deverão estar em conformidade com a legislação vigente aplicável ao tratamento de dados pessoais, incluindo, mas não se limitando, a Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, em especial a observância dos princípios e hipóteses para tratamento de dados pessoais, elencados nos artigos 6º, 7º e 11º, ambos da Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

20.1.14. A FUTURA CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais por ora disponibilizados pela CONTRATANTE, utilizados para execução do presente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

contrato após verificação de que a finalidade foi alcançada, sendo vedado o seu armazenamento, sem prejuízo às hipóteses de conservação dos dados, elencados no artigo 16º da Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

20.1.15. A FUTURA CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo previsto em Lei, de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados abrangidos em razão do presente Instrumento, indicando os dados pessoais afetados, titulares envolvidos, medidas adotadas para mitigar os efeitos de tal incidente e demais determinações constantes no artigo 48 da Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

20.1.16. Entende-se por incidente de segurança todo e qualquer acesso não autorizado aos dados pessoais tratados, bem como situações, quer sejam acidentais ou ilícitas, de perda, destruição, vazamento, alteração, repasse ou demais formas que não estejam em conformidade com a Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

20.1.17. Qualquer comunicação referente à tratamento de dados pessoais, deverá ser direcionada ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

20.1.18. Obriga-se a FUTURA CONTRATADA promover, por meio de palestras, treinamentos e/ou materiais didáticos, a seu corpo de colaboradores, orientações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, em especial noticiando do que se trata a referida Lei, sua importância e os impactos que acarretará o exercício das atividades laborais da CONTRATADA.

20.1.19. As Partes estarão obrigadas a manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, em consonância ao disposto no artigo 37 da Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e, ainda, a adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, em conformidade com a legislação vigente.

20.1.20. A CONTRATADA assinará, além do contrato de prestação de serviços o competente TERMO DE ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO.

Brasília, 08 de abril de 2026.

Assinado digitalmente na ZapSign por
Paula R. Roncada
Data: 08/04/2026 13:24:50.153 (UTC-0300)

Paula R. Roncada

Paula Roncada
Assessor(a) de Tesouraria e Finanças II – CFTA
(assinado digitalmente)

Assinado digitalmente na ZapSign por
Tais R. Leão
Data: 09/04/2026 08:34:47.473 (UTC-0300)

Tais R. Leão

Tais R. Leão
Assistente de RH I – CFTA
(assinado digitalmente)

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 09 Abril 2026, 08:34:47

Status: Assinado

Documento: 3. TR - VALE COMBUSTÍVEL_0012.2026_PE003.2026_compressed.Pdf

Número: 1001f67b-9957-4a09-aadd-88134c250314





Data da criação: 08 Abril 2026, 12:26:15

Hash do documento original (SHA256): 9fc5e1ccd8f6b1b8bd191ee837aeb059af75f10174bac7267d17402b1ef29dcd



Assinaturas

2 de 2 Assinaturas

<div>Assinado  via ZapSign by Truora</div> <div>PAULA R. RONCADA Data e hora da assinatura: 08/04/2026 13:24:50 Token: 5edc37ee-eb0f-42f9-9aa7-39e944d68826</div>		Assinatura  Paula R. Roncada
<div>Pontos de autenticação: Telefone: 5551981660978 E-mail: rh@cfta.org.br Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</div>		IP: 200.143.120.231 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/146.0.0.0 Safari/537.36
<div>Assinado  via ZapSign by Truora</div> <div>TAIS R. LEÃO Data e hora da assinatura: 09/04/2026 08:34:47 Token: a677edac-23dd-43f2-b636-e75c3aac7555</div>		Assinatura  Tais R. Leão
<div>Pontos de autenticação: Telefone: 5551986869776 E-mail: rh2@cfta.org.br Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</div>		IP: 200.143.120.231 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/146.0.0.0 Safari/537.36 Edg/146.0.0.0

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 1001f67b-9957-4a09-aadd-88134c250314, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br